

Mulheres e Militância política: A Ação Libertadora Nacional (ALN)

Maria Claudia Badan Ribeiro¹

Resumo

Os anos de 1960 trouxeram a mulher à cena pública de forma definitiva. A industrialização e o êxodo rural ampliaram a perspectiva da mulher ao colocarem-na em contato com novas formas de vida e organizações da sociedade urbano-industrial. A mudança deu ensejo à luta pela transgressão de normas e códigos de gênero de forma mais acentuada, quando uma quantidade maior de mulheres passou a viver nas cidades. A participação da mulher na luta armada foi resultado desta mudança de paradigma em curso. A luta política se somou assim, à luta de liberação feminina e a ideia da revolução colocou em cheque o quadro de pensamento da época e o modelo que em geral se aceitava na sociedade. Neste trabalho procuraremos abordar o combate de mulheres no interior da Ação Libertadora Nacional (ALN). A forma inovadora de atuar da organização – além da figura de Carlos Marighella – contribuiu para fortalecer o sentimento da mulher de ser protagonista da história e motor da mudança política estimulando sua militância em todas as esferas de sua vida e colocando em discussão as hierarquias do poder político-sexual-militar.

¹ Pesquisadora Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Pós-doutora pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne Nouvelle). Bolsista da CAPES Proc. N° 9593-11-0.

Mulheres e Militância política: A Ação Libertadora Nacional (ALN)

Mulher e Combate

Os anos de 1960 trouxeram a mulher à cena pública de forma definitiva. A luta das mulheres coincidiu e foi consequência de uma série de fatores do contexto político-econômico brasileiro. A industrialização e o êxodo rural ampliaram a perspectiva da mulher ao colocarem-na em contato com novas formas de vida e organizações da sociedade urbana-industrial. Elas engajaram-se de forma crescente em movimentos e associações de bairro, tiveram acesso à educação, passaram a fazer parte da população economicamente ativa. A mudança deu ensejo de forma mais acentuada à luta pela transgressão de normas e códigos de gênero, quando uma quantidade maior de mulheres passou a viver nas cidades.

A participação da mulher na luta armada foi resultado desta mudança de paradigma em curso, demonstrada pela sua capacidade de rebelião e resistência, pela sua inserção em estruturas de guerra e de combate, modificando o ideário da dona de casa inserida no espaço do lar e da mulher casta e bem comportada.

A rejeição pela figura da mulher combatenteremonta a longínquos tempos históricos, quando as mulheres pouco a pouco foram sendo excluídas dos campos de batalha, seu papel tornado secundário e associado a funções subalternas ou de menor importância e/ou responsabilidade.

Aos poucos a tradição dos povos celtas e germânicos, como por exemplo, ademitir que mulheres participassem das guerras foi se perdendo. Guerra era coisa de homem, e as mulheres deveriam apenas seguir a tropa à distância (CAIRE, Raymond. 2002: p.18).

Ao nos determos na Idade Média, verificamos que os exércitos reais transbordavam de mulheres que se dedicavam a abastecer de mercadorias as tropas (vivandeiros), cuidar de ferimentos e ajudar a transportar o butim de guerra.

Se o regime feudal sob influência dos trovadores e da cavalaria, encontrou um lugar para a mulher no combate e no Exército, as crenças cristãs consagrariam por muito tempo o mito da inferioridade da mulher. Da lei Sállica franca que estabelecia que o sexo feminino estaria excluído da sucessão de terras, caso não combatesse, a mulher se viu restrita à ajuda nos campos de repouso (CAIRE, 2002: p. 17).

Assim, por exemplo, a grande quantidade de mulheres que acompanhava as tropas passou a ser apenas tolerada, frequentemente perseguida e vista tão somente como o “repouso do guerreiro”. Suas variadas funções de combate cada vez mais se veriam reorientadas para o socorro aos feridos durante os tempos de guerra, principalmente depois que a Cruz Vermelha surgiu nos campos de batalha, aumentando o corpo feminino de mulheres exercendo a função de enfermeira junto às irmãs de caridade (CAIRE, 2002: p. 49).

As leis e regulamentações existentes naqueles tempos foram sendo paulatinamente modificadas com a alegação de que muitas mulheres combatentes viviam num ambiente lascivo e de agravo aos bons costumes, onde abundavam uma nova e florescente categoria, segundo a época: devassas, prostitutas, mulheres de vida airosa, mulheres do prazer, mulheres suspeitas. Eram também acusadas de serem as maiores responsáveis pelo contrabando de produtos destinados a abastecer as tropas.

Não nos espanta que Joana D'Arc disfarçada de homem preferisse ter em seu exército mulheres virgens alegando que os pecados das “mulheres de vida fácil” selariam a derrota na guerra (CAIRE, 2002: p. 21-23)².

Foi exatamente em períodos de revolução ou de francas e profundas mudanças sociais e políticas que a atuação da mulher vai se caracterizar neste particular pela volta ao passado. Novamente mulheres estarão junto às tropas, num esforço conjunto de guerra e num ambiente liberal mais propenso à sua presença e às descobertas de suas qualidades guerreiras.

Durante a Comuna de Paris, por exemplo, mulheres acompanharam os homens nas barricadas, disparando armas de fogo, servindo de informantes, escondendo perseguidos, e integrando-se progressivamente à luta (YALOM, 1993). Foram elas, além disso, as responsáveis pela tomada da Bastilha.

Durante as duas Grandes Guerras as mulheres foram requisitadas nas fábricas, na administração, como telefonistas, radiografistas, mecânicas, motoristas, datilógrafas, contadoras, desenhistas, químicas, plantonistas, aviadoras, operadoras de rádio, eletricistas, se dedicavam à decifração de mensagens, triagem de correspondência e manutenção de armamentos. Foram combatentes em tempo integral da guerra civil à repressão de Franco, na luta em solo francês contra o ocupante nazista e não “infraestrutura da Resistência” como afirmou o General Charles de Gaulle, ao se referir à sua participação. Como chegou a afirmar o escritor André Malraux, “Aqueles que quiseram relegar a mulher apenas ao papel de auxiliar, se enganaram de guerra (CATALÀ, 1994: p. 13)”.

A ideia da mulher-soldado passou então a ser admitida mais facilmente em tempos de guerra, quando as regras tradicionais de conduta encontravam-se esgarçadas, ao passo que refeita a paz, elas se viram proscritas e rejeitadas pela sociedade.

Tratado com excepcionalidade seu esforço despendido no interior da luta, o protagonismo feminino deu ensejo a um corpo de ideias que privilegiaram um universo de guerra essencialmente masculino, viril, de mulheres convertidas em machos ou no mínimo com comportamentos suspeitos e desviantes. A diversidade de funções que ela desempenhava nos combates de antanho perdia representatividade³.

No que concerne aos anos de ditadura civil-militar brasileira, a luta política se somou à luta de liberação feminina e a ideia da revolução colocou em cheque o quadro de pensamento da época e o modelo que em geral se aceitava na sociedade. Na militância, mulheres (e homens) descobriram novos horizontes de atuação e novas maneiras de viver. Transformaram e ampliaram os significados da palavra “política”, contestando os tradicionalismos, paternalismos ou tudo que tivesse relação com a palavra “autoridade”.

Esse tipo de comportamento contrastava, entretanto, com o padrão moral criado pela ditadura onde a naturalização das diferenças macho e fêmea encontrou um campo fértil no Brasil da época. Por outro lado, as estruturas dominantes da guerra, em particular sob uma lógica castrense, passaram a ter um valor determinante na avaliação de um quadro militante (para o bem ou para mal), repercutindo de um lado, nas

²As mulheres seriam proibidas de seguirem a cavalo (autorizava-se qualquer um a desmontá-las e se apoderar dos animais) e sérios castigos seriam impingidos àquelas consideradas “devassas”. Entre alguns citados por CAIRE, estavam, exposição em jaulas de ferro, tortura ou simples exposição no cavalo de pau, açoite com golpes de junco, expulsão de acampamentos e guarnições, marcação na frente com uma flor de lis rabiscada em negro com uma composição difícil de apagar (CAIRE, 2002: p. 23).

³No passado, as mulheres sempre foram as que resistiram contra a sedição de suas cidades ou vilarejos, ou quando viram seus territórios nacionais serem invadidos.

interpretações históricas sobre a presença de mulheres no interior de grupos armados e de outro, perdendo-se de vista, um quadro da liberação feminina (e masculina) em *processo*.

Tal interpretação também teve como consequência, tratar como acessória a participação de mulheres em outras frentes de combate que não faziam parte do núcleo armado, negando-se seu papel transgressor ao associá-lo à figura da mãe, ao “cuidado do outro” e às estruturas que mantinham a mulher limitada ao espaço do lar ou que com ele se identificavam. Sua atuação pública ficou restrita ao que a filósofa Sara Ruddick chamou de “pensamento maternal”, definido como o ato interessado em manter e preservar a vida (RUDDICK, 1982: p. 76-94).

A luta política para a mulher se somou, portanto, à luta de liberação feminina, mais do que foi contrária a ela. As mulheres foram antes protagonistas de uma luta encarniçada do que pessoas submetidas ao poder do homem ou dos machismos de suas organizações. Causa estranheza que a ênfase de certos estudos sobre a participação da mulher na luta armada recaia sobre o poder do homem sobre ela e não sobre ela especificamente, e sobre suas mais diferentes formas de atuar. Esta conexão entre vitimização e gênero obscurece o entendimento de sua militância, pois o pertencimento de mulheres a um movimento de guerrilha teve para a mulher um papel vanguardista, demonstrou que ela já vinha desafiando os códigos de gênero anos antes, e que posturas passivas tinham ficado no passado. Estas mulheres já não eram mais educadas para serem esposas ou mães de família ou estavam em franca oposição a estas ideias.

A transgressão na ordem dos costumes deu lugar então a mulheres fortes e decididas. Quando a mulher chegou à luta armada, ela já estava pronta. Do contrário teríamos que admitir que a força, a resistência e a luta da mulher na história, como por exemplo, da escrava negra contra o seu senhor, das trabalhadoras mineiras do século XIX contra o sistema fabril de exploração, das operárias das grandes cidades, das intelectuais escritoras e anarquistas não tiveram impacto em suas formações enquanto indivíduos, apesar de demandar muitos anos de determinação, disciplina, abnegação e criatividade.

O rompimento destas mulheres com a sociedade patriarcal foi considerável, ele se deu no interior da família, contra o Estado opressor ditatorial e no âmbito dos costumes e da sexualidade. Se a perspectiva de futuro para a mulher deixou de ser o casamento, a alavancada profissional deixou de ser a máquina de costura.

Considerando-se a lógica interna dos grupos armados, podemos questionar também se o poder masculino é exercido apenas em situações de conflito, pois a luta armada pareceu ter sido, ao contrário, o campo fértil para que estas estruturas de poder, quando existiram, se tornassem visíveis, e deixassem de operar, dando lugar a novas experiências e a uma nova “cultura política”. E os anos de 1960 e 1970 foram anos ricos em mudanças e em escolhas, como afirmou (MELONI, 2009).

O devotamento a uma causa pode assumir também diversas formas de atuação, já que a guerra também demanda os mais diferentes tipos de preparo, formação e desprendimento pessoal. Não há, portanto, uma “predisposição natural” ao combate e à guerra em relação a homens e mulheres, mas sim, uma repugnância tradicional em relação à participação feminina em conflitos armados. Considera-se mais frequentemente mulheres como vítimas dos conflitos políticos do que como sujeitos que administram o combate e a morte.

Nosso trabalho de pesquisa tentou mostrar as dinâmicas que emergiram naqueles anos dando origem a novas configurações enquanto outras entraram em crise. Analisamos o processo revolucionário não numa relação dicotômica entre homem e mulher, evitando uma polarização que eliminasse a contradição de um processo

riquíssimo de luta, descobertas e experiências geracionais (MANNHEIM, 1952: p. 276-322).

A pesquisa procurou mostrar a revolução – política e de costumes em *movimento* fazendo parte de um *processo histórico* mais longo, que se culmina nos anos 60/70, não se encerra nele. Para mostrar isso, as fontes principais do trabalho foram os depoimentos de mulheres (história oral), buscando compreender a militância como um caminho de mudança, mais do que como o *locus* privilegiado da desigualdade de gênero.

A militância na ALN

A resistência à ditadura militar rompeu as barreiras tradicionais da sociedade na medida em que colocou em contato militantes de várias origens sociais, vindas de vários horizontes econômicos, políticos e culturais. Muitas mulheres possuíam diplomas importantes, haviam realizado cursos universitários, eram funcionárias públicas bem colocadas no mercado de trabalho enquanto outras mal sabiam ler.

Não podemos desconsiderar também que os espaços abertos a elas nas universidades e a liberação de costumes que estava em curso, influenciaram seus sentimentos de independência, vontade de viver e até num espírito de aventura e experimentação que poderiam tê-las levado à militância política.

Algumas mulheres integraram-se à ALN de maneira espontânea, quando se apresentou a ocasião. Outras esperaram até a definição de seu grupo (familiar ou de amigos) para se inserirem em uma organização armada. Cada uma também deve ter reagido às circunstâncias devido a seu temperamento.

As tarefas que todas essas mulheres desempenharam, sejam quais fossem, mostram que elas estavam dispostas a participar, e que não aceitaram a ditadura civil-militar fazendo frente a elas com as armas e as competências disponíveis. A escola, o trabalho, a família, o partido ou a universidade, todos esses espaços elas souberam utilizar de maneira hábil e cautelosa.

Com a formação da Ação Libertadora Nacional (ALN) surgia uma nova esquerda no cenário brasileiro, avessa às propostas do partido comunista local e influenciada por um novo rol de ideias e símbolos que tanto criticavam o capitalismo, como discordavam do socialismo soviético em cujas propostas encontravam-se aspectos muito burocráticos e conservadores. Deixava-se progressivamente de lado o socialismo medido do partido para uma atuação interna mais incisiva e direta tendo na luta de guerrilhas sua maior expressão.

A estrutura horizontal de atuação da Ação Libertadora Nacional (ALN) contribuiu também para fortalecer o sentimento da mulher de ser protagonista da história e motor da mudança política. Estabelecendo a *autonomia de ação* como sua linha estratégica, a organização impulsionou a participação política da mulher quando a militância passou a ocupar todos os espaços de sua vida. Atuando em rede, estas mulheres realizaram uma variedade de atividades revolucionárias que não estavam a priori, definidas como funções femininas ou masculinas e nem expressavam divisões sexistas no interior do grupo.

Parcelas do movimento estudantil que confluíam para a organização também traziam a modificação de costumes para o interior da ALN, gerando, portanto, um conjunto de elementos culturais, psicológicos e morais inovadores.

As origens de participação política das mulheres na ALN são variadas, tendo partido de influências familiares, da atuação no interior do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de movimentos ligados à cultura, como cinema, teatro, música e literatura, de

escolas, cursinhos ou da atuação no interior das Universidades, motivadas por professores ou colegas de classe.

Uma grande parcela de mulheres que se incorporou à ALN, contudo, era oriunda do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sofreu suas influências ou era dirigente de base. O Partido teve um importante papel na formação política das mulheres. Ele funcionou para elas como uma verdadeira escola de militância. Se sua cúpula era contrária à luta armada, sua base deu muita ajuda em vários momentos do enfrentamento armado. Mais do que laços pessoais (muitos eram pais, tios, vizinhos, avós, amigos) muitos quadros do partido puderam emprestar sua experiência de luta para abrigar pessoas, ajudar em rotas de saída, desmontar um mimeógrafo ou esconder documentação considerada comprometedora. Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*), o segundo homem da ALN, continuava utilizando seus contatos com o PCB para conseguir “aparelhos” para a organização.

As primeiras mulheres da ALN faziam parteda Liga Feminina da Guanabara, um grupo de mulheres originárias do PCB que se integraram numa ampla campanha em defesa das Reformas de Base do Presidente João Goulart, pela anistia aos sargentos presos em 1964, e contra a carestia de vida⁴.

O partido dava cursos de formação técnica, profissional e mesmo alfabetizava seus quadros. Ocupar posições hierárquicas dentro dele também não era coisa fácil, nem para homens, nem para mulheres. Fazia parte do jogo político, da consistência e do preparo de um dirigente, que não se formava do dia para a noite. O partido representava, sem dúvida, uma retaguarda importante, e nada desprezível na obtenção de trabalho aos militantes perseguidos. Encontrar empregos, para quem não desfrutava do milagre econômico, parecia difícil, por isso as redes de contatos eram fundamentais entre as esquerdas.

Se o partido foi um aprendizado para muitas mulheres, que a partir dele, se inseriram na política, para outras, ele teve um apelo pequeno ou gerou grandes frustrações que levaram ao rompimento, dada sua forma de atuar “ritualística, controladora ou quase religiosa”, ou suas diretrizes consideradas “muito lentas” para as urgências da época⁵.

A necessidade de ajudar, também despertou mulheres e homens – que não tinham muitas vezes, vocação nem formação política definida ou muito clara – a participar da oposição ao regime. Estimulou também em momentos posteriores, a que eles aderissem organicamente à ALN, trazendo contribuições que foram muito além de um suporte material. Como se lembra Maria Aparecida dos Santos,

⁴A Liga foi integrada por muitas mulheres como Ruth Santana, Elza Soares Ribeiro, Maria Cardoso Sampaio, Yara Vargas, Ana Lima Carmo, Antonieta Campos da Paz, Zilda Xavier Pereira, Emília Monteiro Ramos, Clara Sharf, Lúcia Muholland, Zélia Pinho de Rezende, Ana Montenegro, Gilda Xavier, Ana Lima Carmo, Rosalva Santos e Ivone Paula Silva. Suas militantes reuniam-se para apresentar suas propostas em bancas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, em geral em regiões como Cinelândia ou Largo da Carioca, pontos de grande movimentação. A Liga fez campanha contra os frigoríficos, denunciando o aumento do preço da carne e do leite em sucessivos comícios que ocorriam na Central do Brasil e na Vila Leopoldina. Da Liga algumas mulheres integraram e/ou mantiveram vínculos com a ALN como Antonieta Campos da Paz, Zilda de Paula Xavier Pereira, Clara Sharf e Ana Montenegro, que alojava frequentemente Carlos Marighella em sua casa.

⁵O Partido Comunista (PCB) não reagindo ao golpe civil-militar de março de 1964, fortaleceu a tese da luta armada. Quanto a sua forma de atuar, pelo menos três militantes entrevistadas (Eliete Ferrer, Maria Aparecida Baccega e Sandra Negraes Brisolla) chamaram atenção para seu caráter conservador.

Particpei de reuniões em vários locais, mas a disciplina era a regra. Lembro-me vagamente de ter participado de uma ou duas reuniões onde havia pessoas idosas como moradoras. O apoio sempre existiu nessas situações. Depois do golpe, houve um retraimento por parte dos militantes como de simpatizantes. Mas mesmo assim, as pessoas foram se juntando e foi se estabelecendo uma rede. A colaboração recebida era aquela que os apoios podiam dar e, diga-se de passagem, eram atos de solidariedade importantíssimos. Olhando hoje para o passado, quem não viveu aquela conjuntura, não pode avaliar a importância de gestos, que dependendo do tratamento que se dê a eles, podem ser considerados uma banalidade. A verdade é que, foram de uma riqueza inestimável⁶.

Ser simpatizante e legal ampliava também os acordos políticos, dava mobilidade e permitia uma série de atividades revolucionárias. Muitas mulheres que não foram processadas nem presas pelo regime militar encaixavam-se nesse perfil. Não eram as famosas loiras dos assaltos, e fizeram bem mais do que isso...

Para a ALN era importante que a maior parte de seus integrantes mantivesse uma vida legal. Para o militante, além de seu local de trabalho representar uma fonte de recrutamento, ele possibilitava um auxílio financeiro para a organização e seus quadros clandestinos⁷.

A estrutura da ALN preconizando a luta de *libertação nacional* favoreceu a participação da mulher. A resistência à ditadura civil-militar foi resultado, portanto, tanto do estímulo à luta de mulheres bastante politizadas (em sua grande maioria com passagem pelo movimento estudantil), como pela profunda atitude de solidariedade de simpatizantes. Sua estrutura incorporou também diferentes parcelas da sociedade, vindas de matizes políticos diferentes: nacionalistas, comunistas, anarquistas, progressistas, religiosos, ou simpatizantes que contrários à ditadura, se integraram à luta.

Não podemos desprezar o espaço que essas mulheres tiveram na ALN, que forjou para elas um lugar identitário, um caminho de vida que até hoje elas têm como referência. Para elas, a configuração política da ALN, aliada à presença marcante da figura de Carlos Marighella, foram grandes fatores de atração⁸.

A atuação dessas mulheres também se confundiu com as características inerentes às bases que a ALN manteve em outros estados brasileiros. Apesar de mais atuante no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, a organização possuía quadros em outros estados brasileiros como Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, estendendo também suas bases para o interior paulista em municípios como Santos, Sorocaba, Ribeirão Preto e Bauru. Houve atividade de mulheres junto a camponeses, bancários, operário-metalúrgicos, ferroviários, e a organização ainda se inseriu no Movimento de Educação de Base

⁶ Entrevista de Maria Aparecida Santos, Ribeirão Preto, 28 de novembro de 2008.

⁷ Alguns militantes com suas economias realizavam doações à organização, auxiliavam a pagar os advogados de presos políticos e podiam militar sem despertar a atenção da polícia, representando uma cobertura confiável. A ALN foi formada por muitos desses profissionais que funcionaram como mantenedores logísticos da organização que, através de imóveis, de empresas privadas ou outros estabelecimentos particulares ou públicos, arrecadavam dinheiro para a organização. Estabelecimentos de ensino, estacionamentos de automóveis, casas de Xerox, óticas, fotópticas, farmácias também foram utilizados pela organização quando não comprados por ela para servirem à luta armada. Nesses locais realizavam-se reuniões clandestinas, impressão de material e arrecadação de dinheiro que se destinava à manutenção da organização.

⁸ O dirigente defendia, desde o início de sua militância, a participação política da mulher. Dentro do Partido era comum vê-lo conversando com seus quadros, no intuito de convencê-los de que deviam incorporar suas mulheres ao processo (TEIXEIRA, 2009: p. 239 e segs.).

(MEB), junto de alguns religiosos na região do Pará e em São Félix do Araguaia (MT), atuando junto à Pastoral da Terra, liderada por Dom Pedro Casaldáliga.

Na sua política de ampliação de quadros verificou-se que o processo de recrutamento respeitava as diferentes potencialidades de cada militante – fossem eles, homens ou mulheres – que podiam contribuir de muitas maneiras dentro de suas habilidades pessoais ou de aspectos relacionados à sua personalidade. Os militantes colaboravam na medida de suas capacidades e habilidades. No interior da Ação Libertadora Nacional (ALN), as mulheres tiveram bastante mobilidade e liberdade de ação e partilhavam dos mesmos direitos, responsabilidades e riscos dos homens. As atividades geralmente eram distribuídas em função das aptidões de cada um e não em função do sexo e/ou questões de gênero.

Nos documentos da organização a luta armada jamais excluiu outras formas de combate. Ao contrário, Marighella destacava que as formas de luta de massas deveriam ser combinadas com as atividades do núcleo armado, ao afirmar, “a passagem de um tipo de luta a outra não significa a exclusão de nenhuma delas”⁹. Desde seu primeiro periódico, a ALN destacava a importância da presença feminina,

A mulher brasileira tem um papel de decisiva importância na revolução, particularmente na guerra revolucionária do povo contra o imperialismo dos Estados Unidos cuja expressão mais genuína é a guerra de guerrilhas. A participação da mulher no movimento revolucionário desde o primeiro momento constitui assim, uma garantia de êxito futuro e uma arma terrível contra o conservadorismo e a vacilação. Na luta revolucionária, não há homem que queira retroceder quando na vanguarda encontra a mulher combatendo¹⁰.

A militância para estas mulheres foi uma decisão sem volta. As mulheres utilizaram seus talentos de várias formas no interior da ALN, no repasse de mensagens, na escrita de documentos e distribuição de panfletos, abrigando perseguidos, ajudando a pagar advogados, recolhendo informações no interior de empresas que colaboravam com o regime, conseguindo material para falsificação de documentos, realizando relatórios no interior das prisões, fazendo levantamento de bancos ou outros locais para as ações armadas, conscientizando camponeses nas áreas rurais, e mesmo tomando o lugar de seus maridos, quando alguns deles deixaram a luta. Elas continuaram a se opor à ditadura através de atividades culturais, através do ensino (muitas eram professoras) e mesmo no exterior, em trânsito pelos países da América Latina e Europa. Algumas delas, por exemplo, chegaram a combater no Chile, Argentina, Nicarágua, Guatemala, Angola e Guiné Bissau tomando parte dos grupos revolucionários nestes países.

Para militarem, algumas tiveram que romper totalmente com a família em especial aquelas cujos pais mantinham relações muito estreitas com a ditadura ou faziam parte do aparato do regime¹¹.

⁹UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. Acervo Brasil Nunca Mais, Operações e táticas guerrilheiras, anexo 5245.

¹⁰CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (CEDEM-UNESP). O Guerrilheiro nº 1.

¹¹Diva Burnier, por exemplo, era sobrinha do brigadeiro João Paulo Burnier que chefiava o serviço de informações da Aeronáutica e conhecido protagonista do Caso Para-Sar no Rio de Janeiro. A mãe de Ana Corbisier então Secretária Executiva do IPES, ligada a Golbery de Couto e Silva idealizador do Serviço Nacional de Informação, não deixou, contudo, de ajudar na fuga de sua filha do Brasil. Na maioria dos casos, pais e parentes souberam construir afeto e solidariedade nos momentos mais críticos para a militância armada. Muitos pais usaram o prestígio que possuíam junto a políticos, juízes e advogados para a liberação de um processo, para descobrir a prisão de seus filhos, para poder conseguir uma visita, para levar gêneros de primeiras necessidades às prisões. Sobre a Operação Para-Sar, também conhecida como Atentado do Gasômetro, ela consistiu num plano de extrema direita arquitetado pelo brigadeiro João

Cerca de trinta mulheres na ALN, por exemplo, participaram do treinamento guerrilheiro cubano, e muitas delas realizaram ações armadas dos mais variados tipos. A dirigente Zilda Xavier Pereira, por exemplo, coordenava o trânsito entre Brasil e Cuba, e era responsável pelo setor campo da ALN. A casa de Antonieta Campos da Paz abrigava cursos de explosivos. Muitas outras mulheres guardavam dinamite em suas casas, escondiam armas, recebiam militantes que voltavam de Cuba, davam cursos de falsificação, inteligência, clandestinidade, etc. Há casos, por exemplo, de psiquiatras que internavam pacientes em casas de repouso, para ajudá-los a deixarem o país posteriormente.

Em todos os locais onde a ALN manteve suas bases, as mulheres estavam inseridas. Fosse realizando trabalho de conscientização social, se inserindo no movimento camponês, mesclando-se aos trabalhos das Pastorais, utilizando as estruturas que os locais ofereciam para a criação de bases de sustentação, áreas de recuo tático, ou rotas de saídas para seus militantes.

Quem se encarregava de uma base no interior de São Paulo, por exemplo, que serviria como recuo tático para a ALN, era Ilda Gomes, viúva do militante Virgílio Gomes da Silva¹². Pouco se sabe, por exemplo, da relação que foi estabelecida entre a organização e os remanescentes da Guerrilha de Trombas e Formoso. Foi uma mulher a encarregada de contatar em Goiás estes militantes. Em Pernambuco, na Zona da Mata, havia um grupo de mulheres que realizavam encontros com os camponeses nas plantações de cana de açúcar. Para a polícia local, a primeira inspeção realizada era nas pernas, se encontrassem cortes provocados pelo canavial, era a prova de que estavam envolvidas em “subversão”.

No Mato Grosso, algumas mulheres utilizaram seus conhecimentos de enfermagem, para se inserir na região e desenvolver trabalho político. Em Santos, Marighella contava com um núcleo de professoras que se reuniam clandestinamente na “cidade vermelha” para discutir a proposta de luta armada. Entre elas, uma diretora de escola, que anos mais tarde foi presa e fichada pelo DOPS.

A ALN era uma organização que funcionava em rede e as mulheres souberam bem atuar desta forma naquela conjuntura. As histórias destas redes, porém, ganharam menor repercussão, do que a “esfuziante loira dos assaltos”, ideia criada, na realidade, pela imprensa da época. Houve mulheres em vários setores da organização, seja em trabalho de base ou no interior dos grupos armados.

Há que se considerar que pelo fato da ALN ter atuado na clandestinidade, e ter tido uma grande ramificação pelo Brasil, sobretudo a partir de apoios e simpatizantes, não temos como dimensionar, o número de pessoas que combateram o regime. Se isso é verdade para os homens, é também realidade para as mulheres.

Um elemento inovador que a tese de doutorado trouxe, foi mostrar como a militância política foi diversificada para estas mulheres. Quando olhamos mais de perto esta experiência, observamos que não havia uma distinção muito clara entre vanguarda e retaguarda no movimento armado, e que muitas vezes não faz sentido em se falar da atuação feminina de frente quando na realidade, a ALN estimulou e utilizou, de acordo com as necessidades do momento, as competências e talentos individuais de cada uma delas para a execução de muitas tarefas. Claro que estar numa ação armada, trazia uma

Paulo Burnier em 1968 que visava empregar o esquadrão de resgate Para-Sar na detonação de explosivos em atentados em diversas vias públicas do Rio de Janeiro, que seriam atribuídos aos movimentos de esquerda, em particular a explosão do Gasômetro, cujas consequências teriam sido catastróficas para a população carioca.

¹²Numa região afastada próxima a uma estação ferroviária desativada, se escondiam em um sítio armas, uniformes, documentos e em uma gruta, se realizavam treinamentos de tiro.

“recompensa” mais imediata para o militante, fosse ele homem ou mulher, a se considerar que na época, o apelo era pela ação armada, ou como se exortava na época, “todo o poder na ponta do fuzil”. Embora a ação armada fosse o elemento final numa “guerra de guerrilhas”, não era apenas ela que deveria determinar o valor de um quadro. Tanto que Marighella, como já afirmado anteriormente, estimulava a manutenção do braço legal na organização, que além de diminuir os custos com a manutenção dos quadros clandestinos, colaborava no recrutamento de gente. Nas tentativas de alianças que Carlos Marighella empreendeu, esta máxima sempre esteve presente. O dirigente se reuniu com de um largo espectro de contatos: políticos, militares, intelectuais, justamente porque este apoio era extremamente importante.

A formação de um guerrilheiro/a completo sempre foi também encorajada e quase todas as mulheres sabiam atirar, ou tiveram um contato mínimo com armas, nem que fosse para sua defesa pessoal. Embora a figura jurídica do “mantenedor”, do “facilitador” da subversão tenha sido muito utilizada nos Inquéritos Policiais Militares (IPM) em especial contra as mulheres, este tipo de classificação também contrastava com aquilo que muitas delas realmente fizeram.

Suas altas condenações na Justiça Militar também nem sempre refletiam sua militância nos grupos armados. Havia sempre muitos exageros por parte da repressão e muitas vezes os militantes mais citados em depoimentos – o que poderia sugerir alto comprometimento com a guerrilha – já haviam, na realidade, deixado o país para viver no exílio.

Naquela conjuntura, as mulheres não costumavam assumir em juízo as ações armadas que praticavam, nem para o encarregado do inquérito, como é óbvio, e às vezes mantendo sigilo de seus próprios advogados. Quando não havia flagrante, a ideia na organização era assumir as ações de menor implicação, como roubo de perucas, e pequenas *expropriações* em supermercados, do que ser autora de um sequestro de avião, da captura de um embaixador estrangeiro, de um ministro ou de um funcionário de governo. Nem por isso, contudo, estas mulheres deixaram de defender sua posição revolucionária, manipulando o próprio sistema político designado para excluí-las e utilizando a seu favor o código de gênero da época. A defesa da militante Robêni, por exemplo, tentou inocentá-la recorrendo a esse dispositivo e reforçando a passividade feminina com destaque para a figura da *esposa inocente*. O Tribunal afirmou: “em Robêni Baptista da Costa defendemos a mulher, a companheira de Mamizuka [Alcides Mamizuka, militante e seu companheiro na época] que mais distante ainda da ALN viu-se envolvida nesta trama que resultou nesse processo”¹³.

Como afirmou a militante Vera Engracia Gama de Oliveira,

Não fui coadjuvante, nem apenas companheira. Fui militante, inclusive fui eu que levei meu marido, [Carlos Russo] com quem me casei e tenho um filho, à militância, e lhe passei meus contatos [...]. Muitas vezes a trajetória da gente é deturpada, porque agimos na retaguarda¹⁴.

Para sensibilizar os generais, durante os julgamentos, estas mulheres vestiam roupas sóbrias e angelicais durante as sessões do Conselho Permanente de Justiça, e os arrazoados dos advogados de defesa apelavam para suas qualidades de boas moças, destacando sua educação “feita à moda antiga” e realçando a distância que as separavam

¹³ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Arquivo Edgard Leuenroth. Fundo Brasil Nunca Mais. Processo nº 70.

¹⁴ Vera Engracia Gama de Oliveira, [Mensagem Eletrônica], Porto Velho, Rondônia, 12 de novembro de 2008.

das terríveis terroristas foragidas da polícia. Os preconceitos da época permitiam que se lançasse mão destes estereótipos, pois eles tanto respondiam aos desejos dos militares, como de parte da sociedade circundante.

Muitas dessas mulheres que atuaram na retaguarda eram desconhecidas do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), e jamais chegaram a ter registro na polícia. Este é um aspecto interessante sobre a sobrevivência destas redes, e sobre as outras formas, que talvez o povo brasileiro, pode ter encontrado para combater o regime¹⁵.

As mulheres abrigaram em suas casas cursos de explosivos, rodavam material político para distribuição nas universidades e nas fábricas, realizavam levantamentos, atuavam como pombos correio no interior das prisões e como portadoras de mensagens aos quadros da organização que estavam atuando no exterior. O panfleto atirado no *justiçamento* do empresário dinamarquês Henning Albert Boilesen, por exemplo, foi escrito por uma mulher. O setor de inteligência da organização estava entregue também a duas mulheres. Conhecida é a atuação de Zilda Xavier Pereira, responsável por coordenar o trânsito de militantes entre Brasil e Cuba. Sua filha, Iara Xavier Pereira, era quem difundia as notícias da *Rádio Libertadora*. Ana Maria Nacinovic, por exemplo, além de atirar de metralhadora, desenhava para os periódicos da ALN. Tânia Mendes recolhia informações sobre a contribuição de dinheiro das empresas para a OBAN. Darci Miyaki fez treinamento militar na Coréia e em Cuba. Antonieta Campos da Paz escondia os malotes de dinheiro retirados das *expropriações* de banco e abrigava gente perseguida em sua casa no Horto no Rio de Janeiro. Na casa de Nair Breyton realizavam-se os encontros de Marighella com os militantes de São Paulo. A lista dos 15 banidos que saíram em troca do sequestro do embaixador americano foi confeccionada ali. Presa, a casa entrou para os jornais como a “Casa do Terror”.

Havia outras mulheres que mantinham vínculos com a ALN e que cuidavam, junto de seus maridos, das propriedades compradas no campo pela ALN, com escritura legal de terra. Nos documentos da repressão, encontram-se muitos contratos de compra de terra anexados aos processos em locais como Vitória de Santo Antão (PE) e São Félix do Araguaia (MT).

A atuação política foi num crescendo, tanto para homens como para mulheres e o aprimoramento de um quadro era sempre um elemento desejado¹⁶. Contava para isso aptidão e preparo para a luta. Homens também tiveram que superar sua falta de habilidade na condução de automóveis, no manejo de armas, melhorar sua capacidade física e de disciplina. Se havia guerrilheiros cujo refino teórico era mais flagrante do que suas qualidades militares, muitas mulheres também se destacaram como observadoras disciplinadas, boas atiradoras e com capacidade de liderança. Muitas mulheres ocuparam postos estratégicos na ALN como Zilda Xavier Pereira e Guiomar Silva Lopes, da direção nacional, Antonieta Campos da Paz da direção regional, Maria

¹⁵Os processos da Justiça Militar eram amiúde instaurados sem qualquer comprovação da atuação política destas mulheres e determinados mais pela presunção de culpa do encarregado do inquérito, no afã de “extirpar o comunismo do Brasil”. Não havia, portanto, provas do “delito”, muitos processos eram montados e houve gente que, de dentro de um elevador, soube de sua condenação, antes do julgamento. Entrevista de Jessie Jane, Rio de Janeiro, 18 de março de 2009.

¹⁶Em Cuba, por exemplo, um país reconhecidamente de tradições machistas, durante as longas caminhadas do treinamento guerrilheiro, o ritmo da tropa era determinado pelo último da fila, independentemente de seu sexo. O treinamento de mulheres na ilha foi uma exigência do próprio Carlos Marighella, já que os cubanos eram contrários à participação feminina nos cursos de guerrilha rural, alegando que as mulheres eram fatores de divisão na tropa e se treinassem, deveriam fazê-lo isoladas dos homens.

de Lourdes Rego Mello, da direção estratégica de campo, Maria Cerqueira da direção regional do Rio de Janeiro, Ana Maria Nacinovic, da direção regional de São Paulo.

Podemos afirmar que foi pela luta que as mulheres se fizeram reconhecer, foram combatentes antes mesmo de muitas terem se libertado sexualmente. A guerra ensinou às mulheres muitas coisas no domínio material, sobretudo, as ajudou a desvendar novas energias. Era natural que mulheres fossem recrutadas para a organização, em áreas nas quais as mulheres já representavam um forte percentual na época, como em locais de ensino, junto a normalistas e universitárias, em setores de serviço social, em trabalhos de secretariado ou no interior das fábricas e sindicatos. As associações de bairro, vilas fabris também eram locais históricos de penetração da esquerda, assim como os espaços engajados de cultura.

A conquista pelos homens de certas especialidades até então reservadas às mulheres, é um fator também significativo desta evolução¹⁷. Eles também atuaram como apoios integrados a outros setores da organização que estavam longe do manejo de metralhadoras ou de ataques a bancos ou de tarefas decisórias reservadas ao Comando Nacional da ALN. De toda maneira, o que caracterizou a ALN foi o lema, “a ação faz a vanguarda”.

O fato primordial em toda a questão sobre o combate feminino quer ele tenha se dado na ALN ou em outra organização se prende a uma questão essencial: que não apenas a mulher tenha a liberdade de escolher, mas que assegure os meios para tal liberdade.

Bibliografia

Caire, Raymond. (2002). *A Mulher Militar*. (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército).

Català, Neus. (1994). *Ces femmes Espagnoles. De la Résistance à la Déportation*. (Paris: Edition Tirésias).

Mannheim, Karl. (1952). *Essays on the sociology of knowledge*. (New York: Oxford University Press).

Meloni, Catarina. (2009). *1968. O Tempo das Escolhas*. (São Paulo: Nova Alexandria).

Ruddick, Sara. (1982). *“Maternal Thinking In Rethinking the Family: Some Feminist Questions*. (New York: Longman).

Teixeira, Edson. (2009). *1ed. Carlos, a face oculta de Marighella*. (São Paulo: Expressão Popular).

Yalom, Marilyn. (1993). *Blood sisters: the French Revolution in women’s memory*. (New York: HarperCollins Publishers).

¹⁷Os presos políticos saíram transformados da prisão, quando em suas celas foram obrigados a realizar tarefas consideradas para a sociedade da época, como de “domíniofeminino”. Entrevista de Albertina Pedrassoli Salles, São Paulo, 2 de setembro de 2010.

